

**X CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP)**

**REDES POLÍTICAS E COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS  
MUNICÍPIOS PAULISTAS.**

**Área temática: Comportamiento Político Electoral y Liderazgo.**

Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
kerbauy@travelnet.com.br

Thais Cavalcante Martins  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
thais.cmaartins@gmail.com

**Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de  
Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas  
(ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas  
(AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios  
Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019**

## **REDES POLÍTICAS E COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS.**

### **Resumo**

O objetivo dessa comunicação é analisar a competição política a nível municipal. Como objeto de investigação nos debruçamos sobre as eleições ocorridas para o cargo executivo nos municípios paulistas, nos anos de 2012 e 2016. Ao longo do trabalho, investigamos a atuação e as estratégias dos partidos nas disputas políticas locais, no que tange as estratégias para a oferta de candidatos. Para tanto, nos utilizamos dos dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os principais resultados destacamos que as estratégias aliancistas têm impacto na competição eleitoral.

**Palavras-chave:** competição política; eleições municipais; partidos políticos; lideranças políticas.

### **Resumo**

El objetivo de esta comunicación es analizar la competencia política a nivel municipal. Como objeto de investigación nos ocupamos de las elecciones para el cargo ejecutivo en los municipios paulistas que ocurrieron en los años 2012 y 2016. A lo largo del trabajo, investigamos la actuación y las estrategias de los partidos en las disputas políticas locales, en lo que se refiere a las estrategias para oferta de candidatos. Para ello, utilizamos los datos disponibles en el Tribunal Superior Electoral (TSE). Entre los principales resultados destacamos que las estrategias aliancistas tienen impacto en la competencia electoral.

**Palabras clave:** competición política; elecciones municipales; partidos políticos; liderazgos políticos.

### **Abstract**

The purpose of this communication is to analyze the political competition at the municipal level. As an object of research, we focus on the elections that took place for the executive position in the municipalities of São Paulo in the years of 2012 and 2016. Throughout the work, we investigated the performance and the strategies of the parties in the local political disputes, regarding the strategies for the candidates. To do so, we use the data available in the Superior Electoral Court (TSE). Among the main results we highlight that the Alliance strategies have an impact on electoral competition.

**Keywords:** political competition; municipal elections, political parties, political leaderships.

## Introdução

Os estudos que têm como tema a competição política e o comportamento eleitoral são objeto de intenso debate na ciência política. Pesquisas recentes têm demonstrado quais são as bases de sustentação do voto nas diversas esferas, inclusive no âmbito municipal. As coletâneas organizadas por Baquero e Cremonese (2009), Speck e Carneiro (2013) e Lavareda e Telles (2011, 2016) constituem uma importante referência para a interpretação das formas de organização da competição e da decisão do voto nas diversas cidades brasileiras.

O objetivo desta comunicação é avaliar a competição política nos municípios do maior colégio eleitoral do Brasil: São Paulo. O estado, que conta com cerca de 44 milhões de habitantes e 33 milhões de eleitores, concentra pouco mais de 23% da população do país e 32% do PIB nacional<sup>1</sup>, o que lhe atribui a condição de estado mais rico e populoso da federação. Em razão de sua importância política e econômica, o território atrai especial atenção de candidatos e partidos durante as eleições.

No estudo descritivo realizado aqui, buscamos identificar algumas das principais estratégias utilizadas pelos partidos políticos nas disputas locais. Assim, investigamos a formação de alianças e a oferta de candidatos nos municípios paulistas. Para realização da investigação construímos uma base de dados que dispõe de informações para os 645 municípios do estado. Os dados foram organizados levando-se em conta as candidaturas para prefeito nas eleições de 2012 e 2016. Assim, neste estudo, identificamos os principais apoiadores dos mais importantes partidos brasileiros em âmbito local, bem como os diferentes arranjos na dinâmica da competição e as candidaturas únicas.

Conforme enfatizado pela literatura, em um sistema político com eleições multinível<sup>2</sup>, há incentivos institucionais, territoriais e políticos diferentes, de modo que os partidos podem responder a essas questões de maneira distinta. Assim que, ao se tratar a competição política de maneira homogênea, se ocultam

---

<sup>1</sup> Para mais informações, ver: <http://www.seade.gov.br/>

<sup>2</sup> Do ponto de vista institucional, os sistemas partidários no qual a escolha de representantes ocorre em diferentes esferas deve ser compreendido como *multinível*. O conceito expressa a ideia de “presença de subsistemas dentro do sistema de partidos” (Suárez-Cao & Freidenberg, 2014, p.12).

informações importantes sobre o funcionamento dos subsistemas partidários (Suárez-Cao & Freidenberg, 2014).

Nessa métrica, a ausência de competição ou predomínio de um único partido expressam algumas das diferenças que afetam os subsistemas políticos. A fragmentação do poder, o padrão e a variação na competição, o nível de incerteza nos processos eleitorais, a polarização das elites partidárias, são outros importantes elementos para se entender o funcionamento do sistema de partidos, tanto em sua estrutura quanto na dinâmica da competição (Suárez-Cao & Freidenberg, 2014, p.14).

É justamente nesse ponto que reside a contribuição desta investigação. O que nos questionamos aqui, é: como estiveram distribuídas as candidaturas para as prefeituras paulistas nos pleitos investigados? A hipótese geral é que a formação de grandes coligações diminui a oferta de candidatos, e tem impacto na competição eleitoral (Bartolini, 1999, 2000; Santos, 2007).

O texto está organizado em quatro seções, além dessa introdução. Na primeira seção apresentamos os dados e o método utilizado. Na segunda seção retomamos alguns conceitos que orientam a discussão. Na terceira analisamos os casos em que houve ausência de competição. Na quarta seção identificamos as principais alianças firmadas entre os mais importantes partidos políticos no território paulista, bem como o impacto dessas estratégias para a competição e os resultados eleitorais. Por fim, são traçadas as considerações finais.

## **1. Dados e Método**

No desenvolvimento do estudo foram analisados os dados referentes as candidaturas para as prefeituras paulistas. Aqui, avaliamos os casos de candidaturas únicas – que se configura pela ausência de demais competidores no pleito –, as candidaturas isoladas – no qual o partido do candidato não contou com o apoio eleitoral de outra agremiação – e as candidaturas coligadas – em que o partido pleiteante esteve alinhado com uma ou mais siglas.

Os dados referentes às candidaturas, por indivíduo e partido, foram acessados por meio da plataforma Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A série de dados para as candidaturas ao executivo municipal foi organizada levando-se em conta todos municípios paulistas, que

somam 645. Para o ano de 2012 foram avaliadas 1.996 candidaturas, e para a eleição de 2016 foram examinadas o total de 2.209.

Neste estudo nos debruçamos sob as alianças firmadas com os dez principais partidos brasileiros (DEM, PDT, PMDB, PP, PR, PSB, PSD, PSDB, PT, PTB)<sup>3</sup>. A despeito de sua importância em âmbito nacional, o recorte também se justifica por outras duas razões: 1) os partidos em questão são aqueles que possuem maior capilaridade nos municípios; e, 2) os diferentes espectros ideológicos estão representados nestas agremiações<sup>4</sup>.

Para análise dos dados, observamos a frequência absolutas e relativa na formação de alianças entre cada uma dessas agremiações e os demais partidos. Ou seja, para quantificar os apoios consideramos a associação entre o partido do candidato e cada uma das legendas que compõem a coligação. Para isso, avaliamos as associações em pares de partidos e não as coligações em sua forma integral. O objetivo foi identificar quais foram os principais apoiadores das referidas siglas no território. Trata-se de verificar quem são os principais atores que participam da competição local, considerando os diferentes formatos e combinações entre as alianças políticas.

É importante salientar que este estudo é uma análise descritiva e não exploratória, tendo por objetivo informar como estiveram organizadas as candidaturas e a competição política a nível municipal no maior estado da federação.

## **2. Competitividade eleitoral e competição política**

Ainda que os temas abordados aqui sejam amplamente discutidos pela literatura, os termos competição e competitividade, com alguma frequência, ainda causam certa confusão. Por décadas, parcela da literatura dedicada ao estudo dos sistemas eleitorais e de partidos não esteve preocupada em definir os conceitos, entendendo que o seu significado estava implícito. Mais tarde, com

---

<sup>3</sup> A evolução e mapeamento da competição no estado entre esses partidos, foi realizada, primeiramente, pelo projeto temático “Organização e funcionamento da política representativa no Estado de São Paulo (1994-2014)”. Além das variáveis privilegiadas neste estudo pioneiro, como o padrão de competição no estado e nas regiões intra-estaduais e a estrutura organizacional dos partidos políticos, também inserimos outras dimensões.

<sup>4</sup> No que tange a ordenação dos partidos no espectro ideológico, há certo consenso da Ciência Política brasileira, que tende a classificar as siglas da seguinte maneira: PT, PSB e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro); DEM, PP, PR, PSD, PTB (direita). Para mais informações, ver: Krause, Machado & Miguel (2017).

o papel legitimador das eleições em contextos não democráticos e com centralidades das disputas competitivas, em processos de transição, tornou-se evidente a necessidade de delimitação (Méndez, 2003).

Nesse sentido, uma importante distinção é aquela realizada por Sartori (1982), para quem “*a competição é uma estrutura, ou uma regra do jogo. A competitividade é um estado particular do jogo*” (Sartori, 1982, p. 246, grifo no original). O teórico esclarece que, em uma democracia é possível que um sistema de partidos cumpra as com regras da competição e a disputa seja livre, no entanto, evidencie baixa competitividade, ou mesmo não-competitividade. De outra forma, se a distribuição de forças entre os principais partidos for semelhante, no sentido de que alcancem resultados eleitorais próximos, e um deles vença por uma pequena margem de votos, haverá competitividade (Sartori, 1982, p. 246).

Sartori (1982) indica que “a ideia da política competitiva vem da economia”, sendo essa a noção que fundamenta as “*regras da competição*” (p.165, grifo no original). O autor explica que:

[...] quando recorremos a analogias, devemos ter cuidado para que a analogia não se perca no caminho. A competição econômica se tornou possível por duas condições: primeira, porque o mercado foge ao controle monopolista; segunda, e tão importante quanto a primeira, porque as mercadorias são aquilo que apregoam ser [...] Condições semelhantes, embora menos rigorosas, aplicam-se à competição política. A política competitiva é condicionada não só pela presença de mais de um partido, como também por um mínimo de equanimidade na competição (e de confiança mútua), abaixo do qual um mercado político dificilmente pode funcionar como mercado competitivo (Sartori, 1982, p. 165)

No tocante a essa analogia, Sartori (1982) destaca tanto a importância da presença de mais de um competidor na disputa, quanto de elementos institucionais que garantam regras consensuais e a confiança mútua. Em outros termos, em disputas nas quais os cidadãos não contam com alternativas eleitorais, eles estão obrigados a ratificar o governo e os “candidatos selecionados pelo partido dominante” (Méndez, 2003, p. 31), o que compromete a competição.

Outra forma de se atribuir competitividade a eleição diz respeito a alternância no poder. Nessa métrica, um sistema é considerado “competitivo”

quando nenhuma das partes recebe vantagem legal na disputa e todos os participantes têm a oportunidade real de ganhar ou perder (Aldrich & Griffin, 2010). Trata-se de um sistema no qual a incerteza estaria institucionalizada (Przeworski, 1999, 2016).

Além da distinção entre os termos competição e competitividade, é importante aclarar a extensão deste primeiro conceito. Uma importante contribuição feita nesse sentido é aquela empreendida por Bartolini (1999, 2000), para quem existe quatro dimensões de competição: *contestability*, *availability*, *decidability*, e *vulnerability*.

A primeira dimensão se refere a abertura para a contestação em uma disputa política – trata-se da garantia de participação de todos no processo eleitoral. A despeito da possibilidade de participação, Bartolini (1999, 2000) sugere a existência barreiras *ex ante* para a entrada dos competidores na corrida eleitoral, o que impacta a competição efetiva<sup>5</sup>.

A segunda dimensão, *availability*, se refere a disponibilidade dos eleitores em votar em partidos distintos em uma sequência de pleitos; visto que se os eleitores têm preferências estáveis e não estão dispostos a mudar sua opção, a competição é inviabilizada. Isso acontece, por exemplo, quando determinadas clivagens marcam profundamente o eleitorado. De outra parte, a volatilidade eleitoral pode ser considerada como um indicador de competição eleitoral.

Sobre a *decidability*, Bartolini (1999, 2000) argumenta que a diferenciação das alternativas políticas é uma importante dimensão da competição. Nas situações em que os partidos não têm posições ou competidores claramente diferenciados entre si, há dificuldade para a mobilização das preferências. Nesse sentido, “a competição partidária torna-se o processo pelo qual os partidos e a elite tentam moldar e modificar a seu favor a estrutura das preferências eleitorais” (Bartolini, 2000, p. 37).

Por fim, a última dimensão, *vulnerability*, indica a possibilidade de alternância política. Conforme evidenciado também por outros autores (Przeworski, 2016) a incerteza eleitoral é o que fundamenta a competição. Da mesma forma, quando não há “vulnerabilidade”, no sentido de concorrência, que

---

<sup>5</sup> Sobre esse tipo de restrição, outra importante consideração é aquela realizada por Santos (2007), para quem “não há uma detida avaliação da possibilidade de que a participação dos eleitores seja extensa, a competição institucionalizada e, em geral, seus resultados aceitos, mas que o número de participantes da disputa seja reduzido por de regras previamente acordadas” (Santos, 2007, p.41).

atesta que um governo pode ser derrotado, as eleições são do tipo não-competitivas ou pouco competitivas.

Vale frisar que estas quatro dimensões da competição variam de maneira independente. Assim, tal como observado por Sartori (1982), é possível que em uma democracia o sistema partidário cumpra efetivamente com as regras da competição, no entanto, a competitividade seja escassa ou mesmo nula. Feitas estas breves considerações, de natureza teórico-conceitual, avaliamos a dinâmica da disputa eleitoral no território paulista.

### **3. Candidaturas únicas: os casos de não competição**

Um elemento fundamental que caracteriza a realização de eleições democráticas é uma disputa política aberta e regular (Schumpeter, 1961; Limongi & Przeworski, 1994; Dahl, 2012). Os partidos são os responsáveis por apresentar aos votantes as opções políticas que virão a disputar as preferências eleitorais. Em um sistema político regular espera-se que exista mais de uma alternativa política, de modo que os eleitores possam não apenas escolher, mas também rechaçar as opções apresentadas (Przeworski, 2018).

No Brasil, há espaço institucional para que apenas um candidato concorra ao cargo eletivo majoritário nos municípios. A legislação brasileira não conta com nenhum dispositivo que trate especificamente das candidaturas únicas, não condicionando a validade da disputa pelo número de candidatos inscritos ou pelo percentual de comparecimento do eleitor apto a votar.

Na esteira da oferta de candidatos, nos municípios – sobretudo aqueles de pequeno porte e distantes dos grandes centros urbanos –, as disputas eleitorais convivem com outros elementos. A depender da localidade em questão, fatores como a magnitude eleitoral, o número de eleitores e os baixos orçamentos podem contribuir para o escasso número de concorrentes (Damin, 2012).

Ademais, além do reflexo de fatores exógenos, as candidaturas únicas podem significar “uma espécie de ‘acordo’ entre as elites partidárias locais no sentido de limitar a competição na eleição para prefeito” (Rebello, Damin & Martins, 2015, p.5). Sendo possível que alianças sejam firmadas com o intuito de agregar todos os partidos registrados em um dado município, com vistas a

manter um determinado grupo no poder. Essa prática pode ser um indicativo tanto de “consenso” (Rebello, Damin & Martins, 2015) como de “conluio” (Bartolini, 1999, 2000) por parte das elites políticas locais.

Nos anos de 2012 e 2016, no estado de São Paulo, foram registradas quase duas dezenas de cidades em que as eleições foram caracterizadas por candidaturas únicas – ou seja, sem incerteza eleitoral. No pleito de 2012<sup>6</sup>, São Paulo foi o estado que teve o terceiro maior número de candidaturas únicas – 18 no total – atrás apenas de Minas Gerais (com 21 municípios) e Rio Grande do Sul (com 19 cidades). Em 2016<sup>7</sup>, 17 cidades paulistas não registraram mais do que um candidato para a disputa à prefeitura. Neste pleito, apenas o Rio Grande do Sul obteve maior índice – 32 cidades gaúchas registraram apenas um candidato. No Quadro 01 apresentamos os municípios paulistas em que não houve incerteza na competição eleitoral:

**Quadro 01**

**Municípios paulistas com candidatura única**

<b>2012</b>	<b>2016</b>
Agudos, Balbinos, Elisiário, Guzolândia, Jaci, Jeriquara, Junqueirópolis, Marapoama, Mariápolis, Mesópolis, Mirassolândia, Monções, Nova Castilho, Piacatu, Regente Feijó, Santa Adélia, Tejupá, Turiúba.	Alto Alegre, Balbinos, Bocaina, Brejo Alegre, Itaju, Itaoca, Jales, Lucianópolis, Mira Estrela, Nova Granada, Ocauçú, Orindiúva, Pedreira, Santópolis do Aguapeí, Tupi Paulista, Valentim Gentil e Viradouro.
<b>Total: 18</b>	<b>Total:17</b>

Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Em 2012, em apenas um município o candidato único se apresentou em partido isolado<sup>8</sup>, nos demais 17 casos a candidatura foi caracterizada pela aliança do partido do pleiteante com outras agremiações. Nas eleições de 2016, em todos os municípios com chapa única o certame se deu com candidatura coligada.

A formação de coligações nestas situações pode ser compreendida tanto como uma forma de legitimar as eleições, estabelecendo uma rede de

<sup>6</sup> Para mais informações, ver: <http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>. Acessado em: 20 de junho de 2019.

<sup>7</sup> Para informações sobre os demais municípios brasileiros com candidaturas únicas em 2016, ver: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-97-municipios-de-13-estados-registram-apenas-um-candidato-a-prefeito>. Acessado em: 20 de junho de 2019.

<sup>8</sup> Em 2012, o único caso paulista de candidatura isolada foi no município de Monções.

participantes, como também uma maneira de limitar a competição, dificultando a entrada de outros competidores na corrida eleitoral (Bartolini, 1999, 2000; Santos, 2007; Rebello, Damin & Martins, 2015).

Em 2012, participaram das chapas únicas, em média, 08 partidos, sendo que a menor coligação congregou 04 siglas, e a maior 12. Em 2016, a média de partidos nas coligações foi de 8,5, sendo que as menores chapas contaram com duas legendas e as maiores com 20. A Tabela 01 apresenta a distribuição na frequência do número de partidos políticos nas coligações com candidaturas únicas:

**Tabela 01**  
**Frequência de coligações e partidos isolados na oferta de candidatos únicos nos municípios paulistas (2012-2016)**

2012			2016		
Número de partidos	N	%	Número de partidos	N	%
1 (Partido isolado)	1	5,6	1 (Partido isolado)	-	-
2	-	-	2	1	5,9
3	-	-	3	2	11,8
4	2	11,1	4	-	-
5	2	11,1	5	2	11,8
6	1	5,6	6	4	23,5
7	1	5,6	7	1	5,9
8	3	16,7	8	-	-
9	2	11,1	9	1	5,9
10	4	22,2	10	1	5,9
11	-	-	11	1	5,9
12	2	11,1	12	-	-
13	-	-	13	1	5,9
14	-	-	14	1	5,9
15	-	-	15	-	-
16	-	-	16	-	-
17	-	-	17	-	-
18	-	-	18	-	-
19	-	-	19	1	5,9
20	-	-	20	1	5,9
Total	18	100	Total	17	100

Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Nas duas eleições avaliadas, os partidos que mais lançaram candidatos sob a condição de chapa única foram o PSDB, PMDB e DEM. As duas primeiras siglas também foram aquelas que mais ofereceram candidatos em todo o território nacional, inclusive no estado de São Paulo, com uma diferença importante: no estado paulista são os tucanos que mais lançam candidatos e

não o PMDB, como ocorre no cenário nacional (Martins, 2017). Nesse aspecto, as chapas únicas não se diferenciam de outras formas de organização na competição, os principais partidos distribuídos pelo território também ofertam mais candidatos em eleições não-competitivas, atestando a capilaridade desses partidos no estado.

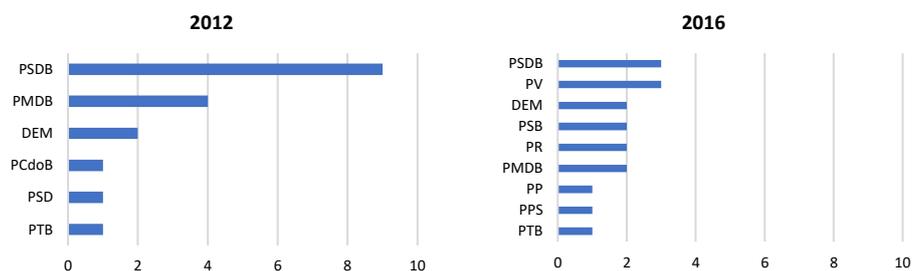
Em 2012, houve uma maior concentração dessa forma de candidatura em algumas poucas siglas. Dos 29 partidos que lançaram candidatos no território, 06 deles ofereceram candidaturas únicas. Em 2016, dos 35 partidos que participaram da competição eleitoral no estado paulista, 09 siglas lançaram candidatos em eleições não-competitivas. Esses números correspondem respectivamente a 21% e 26% do total de partidos que participaram das disputas.

A maior parcela destas siglas é identificada com o bloco de centro, contudo também há ocorrência de candidaturas únicas de partidos de esquerda e de direita. Em 2012, mais de 70% desse tipo de candidatura esteve vinculada a partidos de centro-direita; em 2016 esse índice foi bem menor, não ultrapassando 29%.

Rebello, Damin e Martins (2015, p.13), que investigam as chapas únicas em território nacional, argumentam que se esta forma de candidatura pode “representar consenso político local”, demonstrando certa coerência do ponto de vista ideológico, uma vez que tais candidaturas representariam o centro político. Isso porque, “caso a candidatura fosse muito radicalizada seria praticamente inviável a obtenção de uma única candidatura, devido à polarização que tal candidatura estimularia” (Rebello, Damin & Martins, 2015, p.13). Os dados referentes a distribuição de candidatos únicos por partido podem ser visualizados na Figura 01:

**Figura 01**

**Frequência na oferta de candidatos únicos por partido (2012-2016)**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Quando se trata de candidaturas únicas, há diversos problemas a serem levados em consideração, como questões relativas à representação, contestação, accountability, entre outros. No entanto, aqui, nos limitamos a pontuar duas problemáticas. São elas: a ausência da competição política e as suas consequências ao comportamento eleitoral. A primeira se refere aos já mencionados riscos à democracia, que podem vir a depreciar o sistema político à nível local. A segunda concerne aos reflexos que esta forma de eleição impõe sobre a participação e a decisão do voto.

Como aos eleitores não é oferecida mais do que uma opção política, as alternativas disponíveis ao votante são: corroborar com a escolha feita pelas elites políticas locais ou rechaçar esta escolha. No primeiro caso, os eleitores votam no único candidato elegível. No segundo caso, os votantes podem vir a se abster, optar pela opção de voto branco ou de voto nulo. A literatura especializada tende a abordar os votos inválidos como uma manifestação de insatisfação política, sobretudo em democracias com voto compulsório – como é o caso do Brasil (Nicolau, 2018).

De acordo com a legislação eleitoral brasileira<sup>9</sup>, ainda que as urnas registrem um número elevado de votos inválidos, ou mesmo um número majoritário de votos brancos e nulos – demonstrando o descontentamento com o certame eleitoral – o candidato único será eleito com a totalidade dos votos nominais. No limite, um único voto nominal pode eleger o candidato em chapa única. Diante disso, a ausência de competição é capaz de subverter a

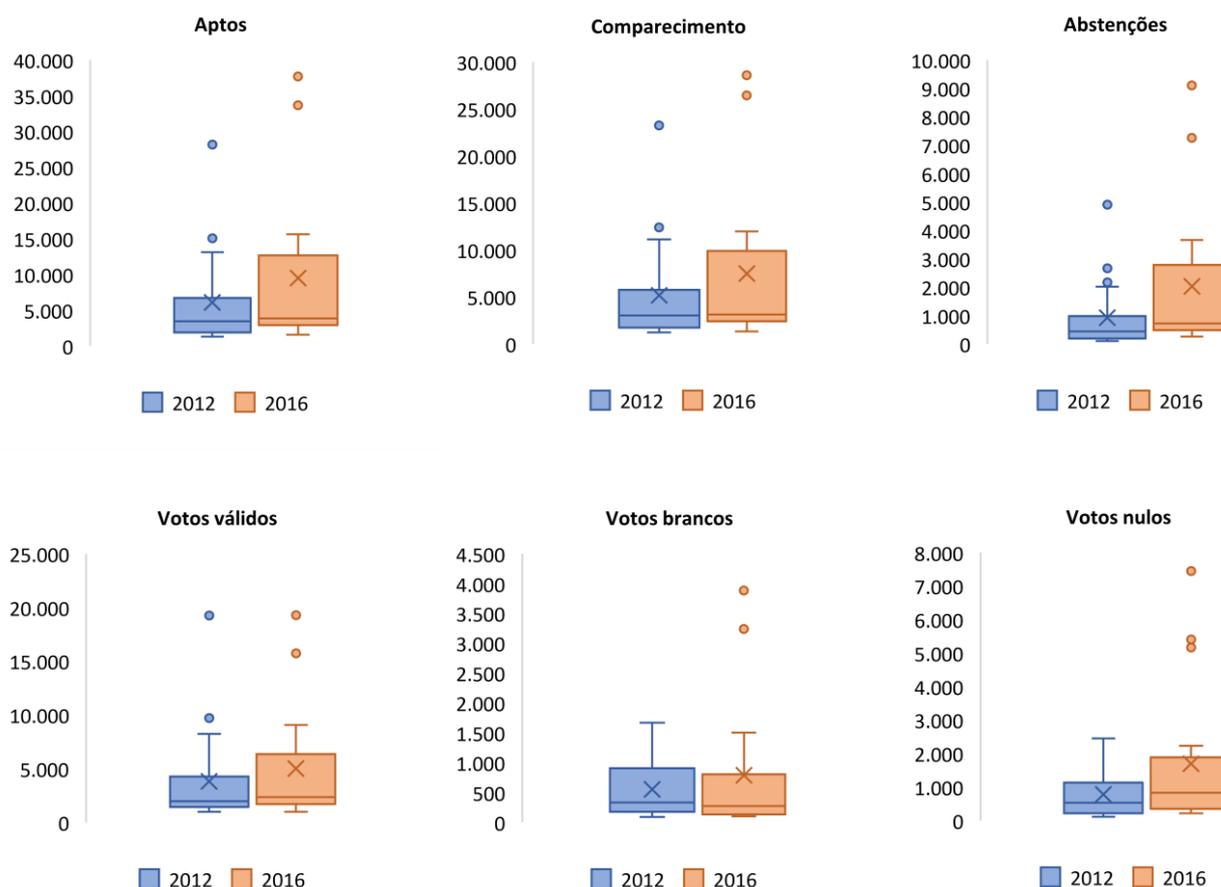
<sup>9</sup> A Lei nº 9.504/97, estabelece que estarão eleitos para os cargos de prefeito e vice-prefeito os candidatos que obtiverem a maioria de votos nominais, isso não computados os votos em branco e os votos nulos. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm)>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

democracia eleitoral, pois “candidatos únicos conseguem [...] driblar a incerteza eleitoral e a imprevisibilidade relacionada ao resultado de qualquer eleição” (Rebello, Damin & Martins, 2015, p.07).

Nos pleitos observados, em grande medida, os eleitores optaram por ratificar as escolhas das elites políticas locais. Nesses municípios, os votantes não só compareceram às urnas, como depositaram, em sua maioria, o voto no único candidato elegível. Ainda que seja possível verificar um alto número de votos inválidos, estes não superam, em nenhum caso, o número de votos nominais. A Figura 02 apresenta os dados relativos à participação e ao comportamento dos eleitores em municípios paulistas com candidatura única.

**Figura 02**

**Comportamento eleitoral em municípios paulistas com candidatura única (2012-2016)**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Embora seja possível verificar a alienação eleitoral, a opção por votos inválidos não constitui uma característica particular dos municípios em que não há competição, nem mesmo o seu principal atributo. Em todos os pleitos, nos diferentes níveis da federação e para os variados cargos, há registro de alienação. No entanto, para os casos dos municípios investigados, os votos brancos e nulos não demonstram intensa insatisfação com a dinâmica da competição, conforme se poderia supor. Ainda que o número de votos inválidos seja importante, e demonstre uma tendência na variação conforme o tamanho do eleitorado, a decisão de voto mais frequente é a reiteração da candidatura selecionada.

#### **4. Alianças políticas e competição eleitoral**

O que ocorre quando o cenário eleitoral possibilita o contrário do exposto na seção anterior; ou seja, o que acontece quando o número de pleiteantes ao cargo eletivo é extenso, havendo maior número de interessados do que de postos e candidaturas à disposição? Como acomodar tais interesses? A resposta mais frequente na competição eleitoral será a formação de coligações (Dantas, 2013).

Os argumentos para a formação de coligações, em grande medida, giram em torno da racionalidade nas disputas, visando a maximização dos ganhos eleitorais. A prática de formação de alianças pode ser entendida com uma estratégia para a sobrevivência eleitoral dos partidos; pois, “na competição política, normalmente só há espaço para alguns competidores e as práticas de cartelização são racionais para eles” (Bühlmann & Zumbach, 2011, p.06).

Diversos estudos tratam das motivações que engendram a parceria entre os partidos, e dos cálculos que justificam a composição de alianças entre os competidores<sup>10</sup>. Sobre isso, Schmitt (2005, p.20) adverte que a possibilidade de formação de coligações em sistemas majoritários “é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores”.

Em um sistema político altamente fragmentado como o brasileiro as legendas buscam acessar o poder de diferentes maneiras, optando inclusive por

---

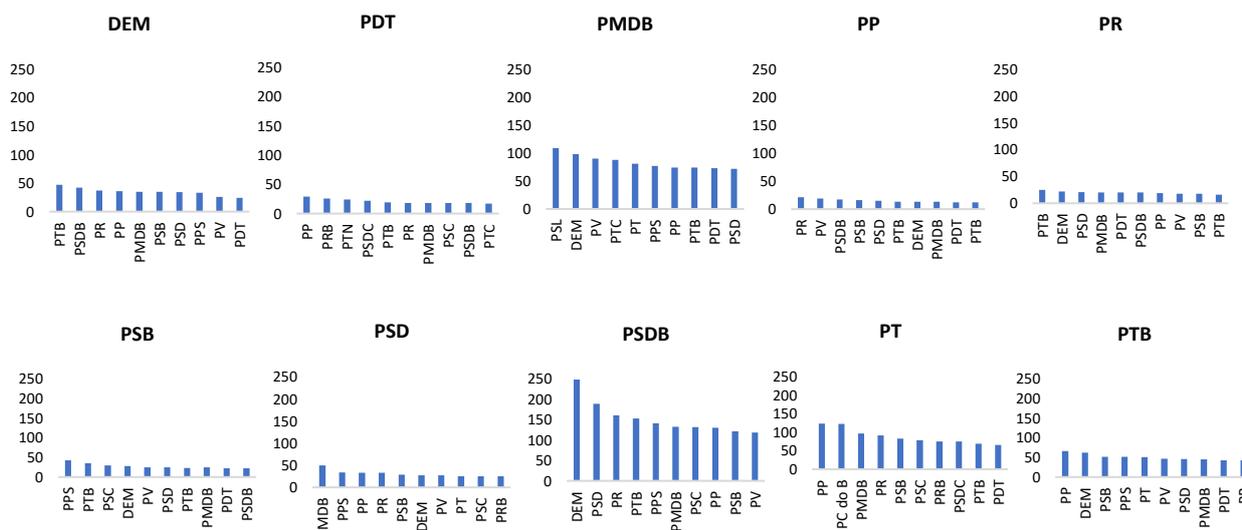
<sup>10</sup> Dentre os cálculos para a formação de coligações estão a magnitude dos distritos eleitorais, o número de cadeiras em disputa e o tempo no Horário Eleitoral Gratuito (Gandin, 2019).

estratégias aliancistas, que podem vir a garantir cargos na máquina política, ou cadeiras no legislativo – no caso das coligações proporcionais. Diante de tais interesses, a formação de coligações não obedece apenas a princípios ideológicos ou governamentais. Ou seja, os partidos não estabelecem alianças apenas com aqueles que se encontram no mesmo campo ideológico, nem mesmo refletem nas cidades as alianças que são firmadas em outras esferas de governo (Dantas, 2013). Ainda assim, é possível identificar algum alinhamento nas estratégias partidárias, sugerindo que na dinâmica da competição política municipal “está articulada com as outras esferas da federação” (Kerbaury, 2012, p.02).

Nas figuras 03 e 04 apresentamos as siglas que representam os principais apoiadores, em território paulista, dos dez mais importantes partidos brasileiros. Na série de dados avaliada, identificamos as associações em pares de partidos e não as coligações em sua forma integral. Dessa forma, foi possível verificar quais foram as legendas que mais vezes optaram por se aliar a uma candidatura majoritária, em detrimento à candidatura própria e a frequência com isso ocorreu.

**Figura 03**

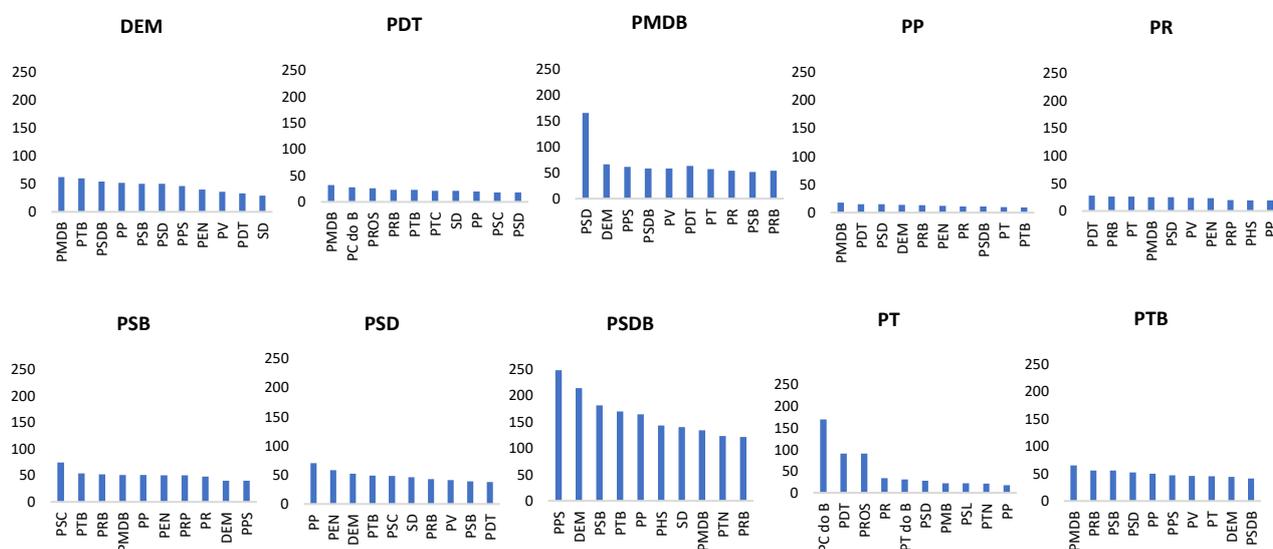
**Coligações municipais majoritárias: principais apoiadores por partido (2012)**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

**Figura 04**

**Coligações municipais majoritárias: principais apoiadores por partido (2016)**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Conforme pode ser observado nas figuras 03 e 04, os partidos que mais receberam apoios eleitorais em 2012, foram o PSDB, PMDB e PT – que representam as principais forças políticas em território nacional (Kerbaudy, 2012). Todavia, o número de apoios recebidos pelos tucanos é muito superior ao das demais agremiações, inclusive ao do PMDB e do PT. Outras siglas também receberam um número importante de apoios, como é o caso do DEM do PTB. Neste pleito, as siglas com menor número de apoios são o PP e o PR.

Em 2016 novamente o PSDB, PMDB e PT são os partidos que mais apoios receberam para a disputa ao cargo majoritário nas cidades paulistas. Contudo, observa-se uma alteração importante: ainda que o PT e o PMDB tenham firmado um número significativo de alianças, houve um importante decréscimo na quantidade de apoios formais concedidos aos candidatos petistas e peemedebistas em 2016<sup>11</sup>. Em contrapartida o PSDB ampliou o seu número de parcerias, e outras siglas como DEM, PSB, PSD, PTB, também firmaram mais

<sup>11</sup> A razão para isso pode ser atribuída ao contexto político daquele ano, no qual o país vivenciou uma intensa crise política que viria a culminar no impedimento da presidenta eleita e no desgaste de algumas das principais legendas partidárias – como o PT, partido da presidenta Dilma Rousseff, e o PMDB, partido de seu vice, Michel Temer (Martins, 2017).

alianças – isso se comparado ao pleito anterior. Novamente o PP e o PR foram as siglas que menos apoios receberam.

Os apoios formais declarados aos partidos são provenientes das mais variadas agremiações, com distintos pesos políticos e posicionamentos ideológicos. Conforme exposto nas figuras 03 e 04, não há uma correspondência entre posição ideológica e o maior número de alianças firmadas. Conforme já destacado por Dantas (2013, p.136), na dinâmica da competição municipal “todos são capazes de jogar com todos”.

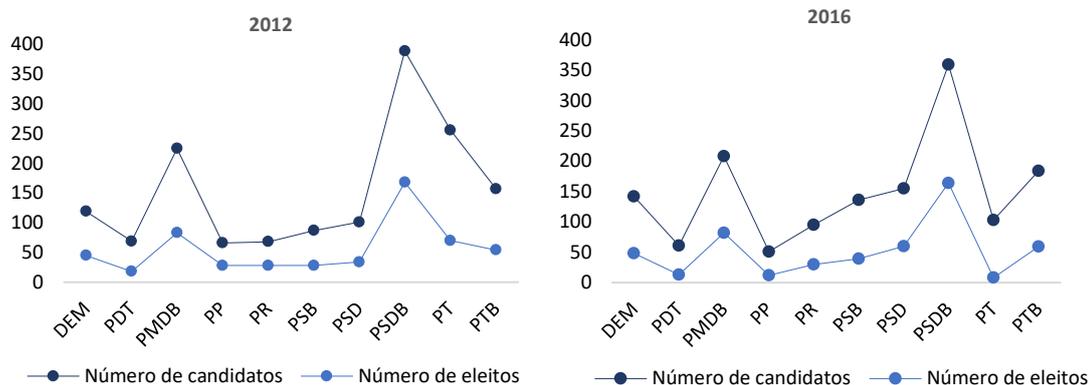
Ainda assim, algumas alianças merecem comentário. Esse é o caso do PSDB e DEM, que são aliados históricos nos distintos níveis da federação. Também nos municípios do estado de São Paulo é possível visualizar a importância das alianças firmadas entre esses dois partidos. Em 2012, o DEM foi o maior apoiador dos tucanos; e em 2016, este posto foi ocupado pelo PPS, o que não significa que o DEM não tenha se mantido nas alianças firmadas pelo PSDB.

Nas duas eleições avaliadas o PT manteve importante parceria com o PT do B – partido de mesmo posicionamento ideológico, porém com menor peso político. Isso não significa que o PT tenha firmado apenas alianças ideológicas, em 2012 o seu principal apoiador foi o PP. Neste mesmo ano outro importante de apoio recebido pelo PT foi concedido pelo PMDB, o que demonstra que pode haver um alinhamento de estratégias partidárias nos diversos pleitos (Kerbaui, 2012). Em 2016, no entanto, talvez em razão da crise política e do desgaste enfrentado pela legenda, os principais apoios recebidos pelo PT vieram justamente dos partidos com mesma orientação ideológica.

Em que pese o número de apoiadores, os diferentes formatos e as combinações entre as alianças políticas, o importante é verificar quem são os principais atores que participam da competição local. É razoável supor que aqueles que mais lançaram candidatos, também contaram com a possibilidade de receber maior número de apoios políticos – advindos das mais variadas agremiações conforme o exposto. Nesta métrica a Figura 05 apresenta o número de candidatos e eleitos por partido.

**Figura 05**

**Número de candidatos e eleitos por partido nos municípios paulistas**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos os do TSE.

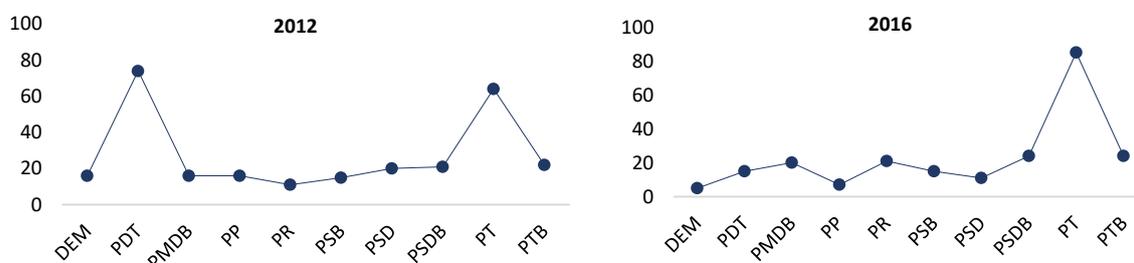
Conforme pode ser observado na Figura 05, a legenda que mais lançou e elegeu prefeitos nas cidades paulistas, em ambos os pleitos, foi o PSDB. Em 2012, os tucanos foram seguidos em número de candidatos pelo PMDB, PT e PTB, contudo o sucesso nas urnas do primeiro foi maior. Em 2016, o DEM também ofereceu um importante número de candidatos, o PMDB e PTB mantiveram o índice, no entanto o PT sofreu importante retração, tanto no número de candidatos, como na quantidade de eleitos. Nesta eleição o Partido dos Trabalhadores elegeu apenas 8 prefeitos, foi o pior desempenho entre os dez mais importantes partidos no território paulista.

Em 2016, entre os grandes partidos, o PT foi aquele que ofertou o maior número de candidaturas isoladas. No pleito anterior a sigla também fez amplo uso deste tipo de estratégia. Nas eleições de 2012, apenas o PDT optou por concorrer isoladamente em mais municípios paulistas do que o PT. Considerando que os partidos que coordenam as suas candidaturas através de alianças tendem a ser mais competitivos, concorrer sozinho pode ser tanto uma estratégia para a manifestação de um purismo ideológico, quanto um indicativo de debilidade da sigla, que encontraria dificuldades para a obtenção de apoios. O caso do PT, particularmente em 2016, pode ser uma combinação de ambos os fatores<sup>12</sup>. Destarte, ainda que em número diminuto, todos os grandes partidos

<sup>12</sup> Isso poderia ser decorrente do já mencionado desgaste enfrentado pela legenda, em função do impeachment da presidenta, da crise política e econômica que o acompanharam, e do crescimento do sentimento antipetista, sobretudo naquele ano (Martins, 2017).

ofereceram em alguma medida candidaturas isoladas. A Figura 6 apresenta a distribuição deste tipo de candidaturas por partido.

**Figura 06**  
**Candidaturas isoladas por partido nos municípios paulistas**



Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Quando se trata de eleições municipais, sobretudo para o cargo majoritário, o cenário mais frequente é que essas disputas se organizem através de candidaturas coligadas (Guarnieri, 2009; Dantas, 2013). A razão para isso é patente: a possibilidade que este tipo de estratégia venha assegurar a vitória na competição eleitoral.

Ao se formar coligações há redução do número de competidores nas eleições para o cargo de prefeito. A lógica é simples: como a formação de alianças para a competição pelo cargo majoritário implica no lançamento de um único candidato pela chapa, os demais partidos que oferecem o seu apoio devem se retirar da disputa. Assim, a maior parcela dos partidos presentes nos municípios não participa de maneira direta da competição ao cargo de prefeito. Nas eleições avaliadas, por exemplo, foram lançados em média 3 candidatos em cada cidade.

Ademais, conforme há a ampliação do número de partidos na coligação a tendência é que esta chapa seja mais competitiva, bem como se verifica a redução do número de competidores. Nesse sentido, o que se observa é um impacto sobre a competição política, visto que o número de participantes na disputa pode ser reduzido em função de acordos *ex ante* firmados entre as lideranças políticas locais. (Santos, 2007; Bartolini, 1999, 2000)

Os municípios do estado de São Paulo não fogem à regra. Nos pleitos avaliados a maior parcela das candidaturas foram lançadas por meio de alianças

eleitorais com mais de um partido político. A Tabela 02 apresenta a frequência do número de partidos nas chapas que disputam as prefeituras paulistas em 2012 e 2016.

**Tabela 02**

**Frequência do número de partidos em coligações majoritárias (2012-2016)**

2012			2016		
Número de partidos	N	%	Número de partidos	N	%
2	271	16,1	2	257	14,8
3	254	15,1	3	223	12,9
4	256	15,2	4	275	15,9
5	220	13,1	5	218	12,6
6	190	11,3	6	192	11,1
7	141	8,4	7	149	8,6
8	106	6,3	8	121	7,0
9	75	4,5	9	75	4,3
10	57	3,4	10	55	3,2
11	30	1,8	11	54	3,1
12	25	1,5	12	30	1,7
13	19	1,1	13	26	1,5
14	8	0,5	14	17	1,0
15	10	0,6	15	11	0,6
16	4	0,2	16	8	0,5
17	6	0,4	17	11	0,6
18	7	0,4	18	3	0,2
19	1	0,1	19	3	0,2
20	2	0,1	20	2	0,1
21	1	0,1	21	1	0,1
22	1	0,1	22	1	0,1
-	-	-	23	2	0,1
Total	1684	100	Total	1734	100

Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Conforme pode ser observado na Tabela 02, o número mais frequente de partidos em uma coligação figura entre 02 e 08. No entanto, também se verifica a ocorrência de alianças com mais de 20 partidos políticos. Note-se que em 2012, no território paulista, participaram da competição eleitoral o total de 29 partidos, e em 2016 estavam inscritas 35 siglas. Contudo, vale frisar que nem todos os partidos contavam com registro na totalidade dos municípios. Sobretudo nas pequenas cidades a presença de uma maior quantidade de partidos é menor. Ainda assim, em alguns municípios a maior parcela das agremiações registradas no estado participaram das eleições em uma mesma

chapa, o que reforça o argumento de que as grandes coligações diminuem a oferta de candidatos, e tem, portanto, impacto na competição eleitoral.

Na tabela a seguir verificamos o sucesso das candidaturas que optaram pelas distintas estratégias, ou seja, pela disputa na forma isolada ou através de alianças com outros partidos políticos.

**Tabela 03**  
**Sucesso das candidaturas para o cargo majoritário nos municípios paulistas**  
**(2012-2016)**

	2012			2016		
	Eleito	Não Eleito	2º Turno	Eleito	Não Eleito	2º Turno
<b>Coligação</b>	611	1000	24	625	1094	13
<b>Partido isolado</b>	22	339	0	11	466	0
<b>Total: 1996</b>				<b>Total: 2209</b>		

Fonte: Elaboração das autoras. A partir dos dados do TSE.

Conforme pode ser observado na Tabela 03, nos dois pleitos investigados, a maior parcela dos eleitos disputou o cargo com o apoio de outros partidos, o que demonstra que a estratégia aliancista foi mais bem-sucedida. Enquanto em 2012 apenas 22 candidaturas isoladas lograram sucesso, em 2016 esse número caiu para 11. Para estas eleições nenhuma candidatura que optou pela estratégia solo chegou ao segundo turno de votações. Os dados demonstram, portanto, que na dinâmica da competição as candidaturas coligadas são mais competitivas.

## 5. Considerações finais

A despeito do esforço de parcela da literatura em se debruçar sobre os temas da política municipal, a dessemelhança no perfil das cidades dificulta a elaboração de análises que produzam generalizações. Enquanto em um elevado número de municípios vivem poucas centenas de eleitores, em outros habitam milhares de votantes o que tem implicações diretas nos tipos de alianças firmadas e nas estratégias estabelecidas pelas elites para a conquista do poder.

Diante disso, as eleições municipais são dotadas de extensa complexidade. Esta comunicação buscou contribuir com estes estudos sinalizando alguns aspectos da competição eleitoral nos municípios, ampliando

o conhecimento acerca das estratégias para o lançamento de candidaturas adotadas pelos partidos e lideranças políticas locais.

Por meio do estudo da competição nas cidades paulistas, buscamos demonstrar que entre as estratégias para a disputa eleitoral estão as opções por candidaturas do tipo única, isolada e coligada.

O objetivo foi sinalizar que nos casos em que há apenas um competidor, a estratégia adotada pela elite é capaz de subverter a democracia, pois não há incerteza eleitoral (Przeworski, 2016). Mesmo nesses casos, a opção das elites políticas foi a disputas por meio de candidaturas coligadas, o que pode ser entendido tanto como uma forma de legitimar as eleições, estabelecendo uma rede de participantes, como também uma maneira de limitar a competição.

Quando se trata de coligações, foi possível observar que estas constituem maioria no tipo de agremiação para as disputas ao cargo majoritário. A despeito da maior parcela dos partidos optarem por esse tipo de estratégia, não há uma correspondência exata entre posição ideológica e o maior número de alianças firmadas. Na dinâmica da competição os diferentes formatos e combinações entre as alianças políticas são possíveis.

Ademais esta estratégia tende a resultar em maior sucesso eleitoral pois, a formação de grandes coligações reduz o número de competidores na disputa ao cargo de prefeito, visto que a formação de alianças implica na retirada dos partidos aliados do jogo eleitoral. A alternativa encontrada seria o lançamento de candidaturas isoladas, contudo nos municípios paulistas elas são pouco numerosas, se concentram em poucos partidos e demonstram não serem competitivas, não alcançando considerável sucesso eleitoral - a ponto de não serem vistas como uma estratégia atrativa. Assim, entre os principais resultados destacamos que as estratégias aliancistas têm impacto na competição eleitoral.

## **Referências**

Aldrich, J. H., & Griffin, J. (2010). Parties, Elections, and Democratic Politics. In: Leighley, J. E. (Ed.). *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press.

Baquero, M., & Cremonese, D. (2009). *Eleições Municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

- Bartolini, S. (1999). Collusion, competition, and democracy: Part I. *Journal of Theoretical Politics*, 11(4), pp. 435-470.
- \_\_\_\_\_ (2000). Collusion, competition and democracy: Part II. *Journal of Theoretical Politics*, 12(1), pp. 33-65.
- Bühlmann, M., & Zumbach, D. (2011). On the multidimensionality of political competition: Measuring political competition in a Bartolinian Way. In: *1<sup>st</sup> Annual Conference of the European Political Science Association (EPSA)*.
- Dahl, R. (2012). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- Damin, C. J. (2012). O fim da incerteza e a certeza da vitória: eleições majoritárias municipais com candidato único no Rio Grande do Sul em 2008. *Pensamento Plural* (11), pp. 107-130.
- Dantas, H. (2007). *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. São Paulo, Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Ciência Política.
- \_\_\_\_\_ (2013). Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. In: Speck, B. W., & Carneiro, J. M. B. (Orgs.). *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*, Cadernos Adenauer XIV, n. 02, Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Gandin, V. P. (2019). *Coligações eleitorais para o legislativo municipal – efeitos da alteração do número de cadeiras em disputa sobre o comportamento partidário*. São Carlos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Ciência Política.
- Guarnieri, F. (2009). *A força dos “partidos fracos” – um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. São Paulo. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Ciência Política.
- Kerbauy, M. T. M. (2012). Competição Partidária e Estratégias Eleitorais nas eleições brasileiras de 2010. *Anais do 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*. Gramado/RS. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/competicao-partidaria-e-estrategias-eleitorais-nas-eleicoes.pdf>>. Acessado em 28 de junho de 2019.

- \_\_\_\_\_ (2016). O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012. In: Lavareda, A., & Telles, H. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Krause, S., Machado, C., & Miguel, L. F. (2017). *Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp.
- Lavareda, A., & Telles, H. (2011). *Como o eleitor escolhe o seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- \_\_\_\_\_ (2016). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Limongi, F., & Przeworski, A. (1994). Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (24), pp. 31-48.
- Martins, Thais. C. (2017). Eleições municipais, partidos e reforma eleitoral: uma análise das modificações no cenário político brasileiro. *Anais do 9º Congresso Latino Americano de Ciência Política, Montevideú, Uruguai*.
- Méndez, I. (2003). Competencia y competitividad electoral: dos conceptos claves de la transición democrática. *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, 1(3), pp. 27-48.
- Nicolau, J. (2018). Votos nulos e em branco nas eleições presidenciais brasileiras. In: Figueiredo, A. C., & Borba, F. (Orgs.). *25 anos de eleições presidenciais no Brasil*. Curitiba: Ed. Appris.
- Przeworski, A. (1999). Minimalist conception of democracy: a defense. In: Shapiro, I., & Hacker-Cordón, C. (Eds.). *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (2016). *Qué esperar de la democracia: límites y posibilidades del autogobierno*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- \_\_\_\_\_ (2018). *Why bother with elections?* Cambridge, UK; Medford, MA, USA: Polity Press.
- Rebello, M. M., Damin, C., & Martins, L. T. (2015). Driblando a incerteza eleitoral: candidaturas únicas a prefeito no Brasil em 2012. In: *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.
- Santos, W. G. (2007). *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sartori, G. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Schmitt, R. (2005). Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: Krause, S., & Schmitt, R. (Orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp.

Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

Speck, B. W., & Carneiro, J. M. B. (2013). *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*, Cadernos Adenauer XIV, n. 02, Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.

Suárez-Cao, J., & Freidenberg, F. (2014). Sistemas de partido multinível en América Latina: una nueva tipología de partidos y sistema de partidos. In: Freidenberg, F., & Suárez-Cao, J. (Eds.). *Territorio y poder: nuevos actores y competencia política en los sistemas de partido multinivel*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.